

RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.432 - SC (2015/0053279-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MANOEL MARCHETTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**
ADVOGADOS : **OSWALDO JOSÉ PEDREIRA HORN - SC001203**
: **RAFAEL DE ASSIS HORN E OUTRO(S) - SC012003**
: **HÉLIO DE MELO MOSIMANN - SC016105**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. EXECUÇÃO DA SENTENÇA. EXCLUSÃO DA COBERTURA VEGETAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA INDENIZAÇÃO. CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. ERRO MATERIAL QUANTO À BASE DE INCIDÊNCIA DOS JUROS.

Segundo o comando do título executivo, da indenização deve ser afastada apenas o valor correspondente à cobertura vegetal da área de preservação permanente, e não da terra nua.

Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício, a qualquer tempo e grau de jurisdição.

Hipótese em que os juros compensatórios devem ser calculados sobre o valor simples da indenização, consoante os fundamentos da sentença exequenda, que coincidem com o teor da Súmula 74 do TFR" (fl. 1.000e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração pelo particular (fls. 1.007/1.012e) e pelo INCRA (fls. 1.014/1.017e), os quais restaram parcialmente acolhidos, tão somente para fins de prequestionamento, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRARIEDADE À TESE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Os embargos declaratórios não são a via adequada para o reexame de matéria já discutida, e apenas quando efetivamente houver contradição, omissão, obscuridade ou erro material, é que se mostra

legítimo o seu manejo.

2. Não é necessário ao julgador enfrentar os dispositivos legais e constitucionais citados pela parte, ou obrigatória a menção dos dispositivos legais e constitucionais em que fundamenta sua decisão, desde que enfrente as questões jurídicas postas na ação e justifique o seu convencimento" (fl. 1.028e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos artigos: a) 535 do CPC/73, sustentando que "não houve a integração do artigo 467 do CPC ao acórdão em sede de apelação bem como resta omissa a respeitável decisão quanto ao cumprimento da decisão monocrática proferida na SL 610 pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de suspender a execução" (fl. 1.113e); b) 467 e 468 do CPC/73, sob a tese de que o título exequendo deve se ater ao disposto na decisão transitada em julgado, a qual excluiu do cálculo da área referente à APP.

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 1.135/1.151e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 1.164/1.165e).

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de fls. 1.187/1.192e, opina pelo não conhecimento do Recurso Especial.

A irrisignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos opostos pelo INCRA, em face da execução de sentença proferida nos autos de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, "por meio da qual Manoel Marchetti Ind. e Com. Ltda. objetiva o recebimento de R\$ 40.078.042,22 (quarenta milhões setenta e oito mil quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), a título de indenização pela perda da propriedade de suas terras" (fl. 993e).

Julgada procedente, em parte, a demanda, recorreram o autor e o réu, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora

Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

No mais, acerca da irresignação recursal, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Em suas razões de apelo o INCRA reitera a tese de que há excesso na execução, alegando que o valor correspondente à cobertura vegetal das áreas de preservação permanente não foi abatido da indenização, como orienta o título executivo.

O argumento, todavia, não prospera, pois **a cobertura vegetal existente sobre a área de preservação permanente não foi objeto de valoração pela perícia judicial, cujo cálculo serviu de lastro à execução ora impugnada.**

No caso, com efeito, no que se refere à área de preservação permanente, o laudo pericial contemplou no valor da indenização exclusivamente o valor da terra nua, o que não se confunde com a vegetação existente sobre ela. Vejamos:

Compulsando os documentos anexados a estes autos, bem como os que instruem a execução 'em apenso' - Processo nº 5002825-59.2010.404.7200, resta que ao avaliar a terra nua da gleba C, que pertence ao exequente, o perito judicial, mestre em engenharia civil, classificou e avaliou as terras, segundo a sua aptidão agrícola:

(...)

Como se vê claramente do relatório florestal, a Classe 1, por se tratar de terras de cultivo não teve nenhuma amostra colhida, e a classe 5, correspondente à cobertura vegetal das áreas de preservação permanente, sequer constou na relação que serviu de base para a posterior avaliação feita pela perícia, centrando-se o perito no exame das amostras colhidas nas Classes 2+4 e 3.

Assim, como o valor da cobertura vegetal, de acordo com o método claramente exposto pelo perito, foi calculado pela multiplicação do volume de cada tipo florestal que foi apurado no relatório florestal previamente elaborado, e não houve no aludido relatório o levantamento de amostras dos tipos florestais que compõem a APP, **resta superada a tese do INCRA, de que as matas de APP teriam sido valoradas e incluídas no cálculo global da indenização.**

Ademais, a perícia judicial muito embora tenha sido elaborada

antes, está em harmonia e obedece ao comando do acórdão prolatado pelo C. STJ, ao apreciar os embargos de declaração opostos pela parte expropriada - EDREsp nº 648.833:

(...)

Sendo assim, não há como ser reconhecido o excesso de execução pretendido pelo INCRA" (fls. 997/999e).

Desse modo, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido de que as matas de APP não foram valoradas e incluídas no cálculo global da indenização, tendo havido observância da perícia judicial com o comando do acórdão prolatado no EDREsp 648.333, demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora